

## Associações se reúnem no TJ e buscam consenso em torno da Resolução nº 219/16

Encontro, que aconteceu no dia 23 de abril, debateu orientações do Conselho Nacional de Justiça e os limites da unificação de quadros funcionais no Poder Judiciário



*Reunião no Tribunal de Justiça: em 23/4, entidades de classe debateram efeitos da Resolução nº 219/16, do CNJ, no Judiciário estadual*

Uma tentativa de consenso em torno dos efeitos da Resolução nº 219/16, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Judiciário do Paraná reuniu entidades de representação do funcionalismo no dia 23 de abril (segunda-feira). O encontro foi coordenado pelo desembargador Fernando Prazeres, que havia sido designado para intermediar as negociações entre as partes envolvidas. Além do Sindijus-PR e de associações classe – a Assejur entre elas –, participou o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, Fábio André Santos Muniz, que prestou esclarecimentos em nome da cúpula administrativa.

**Problemas estruturais** – Os debates estabeleceram uma questão preliminar: os limites da Resolução nº 219/16, que prevê a redistribuição da força de trabalho nos tribunais brasileiros. Essa orientação tem por objetivo eliminar problemas estruturais verificados em unidades do primeiro grau de jurisdição. Segundo o desembargador Prazeres, as audiências que antecederam a reunião unificada foram importantes para identificar reivindicações setorizadas. O passo seguinte é encontrar alternativas que se enquadrem no âmbito estrito das determinações do CNJ. Assuntos que envolvem impacto orçamentário, como a reorganização das tabelas salariais, por exemplo, poderão ser excluídos dessa etapa.

## Sem divergência

Um ponto sobre o qual praticamente não existe divergência é a unificação da carreira de **técnico judiciário**. Nesse caso, a igualdade de funções entre profissionais da Secretaria do Tribunal de Justiça e de cartórios do primeiro grau é bastante acentuada. Essa igualdade tornaria possível, sem comprometimento da lei orçamentária e num período de até três anos, a padronização de vencimentos nesses setores. Já no tocante aos cargos de nível universitário, as discussões são maiores. Enquanto analistas judiciários defendem que todos devem estar sujeitos ao mesmo regime salarial, independentemente das funções exercidas, servidores da Secretaria alegam que existem diferenças entre atividades-meio, vinculadas ao funcionamento da máquina administrativa, e atividades de apoio direto ao exercício da jurisdição.

## Sem consenso

Não existe consenso quando o debate envolve cálculos do Departamento de Planejamento sobre o número de funcionários da Secretaria que poderão ser deslocados para trabalhar em unidades do primeiro grau. Essas informações deverão ser atualizadas pelo Tribunal até o dia 4 de maio. Nessa data, acontecerá uma nova reunião. A expectativa é que, até lá, o conselheiro **Luciano Frota**, relator do pedido de providências nº 0006315-78.2017.2.00.0000, protocolado no CNJ pela Anjud (associação de analistas judiciários), tenha definido duas questões suscitadas pelo desembargador Prazeres: o critério para a definição de carreiras equivalentes e a necessidade (ou não) de a matéria ser submetida ao Órgão Especial antes de retornar a Brasília.

## Contra a gripe

Convênio firmado entre a Assejur e o Centro de Vacinação da **Clínica Paciornik** vai beneficiar assessores jurídicos e familiares. A campanha vai se estender até 5 de maio, e tem por objetivo prevenir contra a gripe influenza. Será oferecida a vacina trivalente. Cada associado poderá utilizar o serviço, sem custos, e indicar mais um beneficiário. Caso haja interesse na aplicação da vacina quadrivalente, será cobrado o valor de R\$ 10 por pessoa.

### Confira detalhes da campanha

- **Início** - 20 de abril de 2018
- **Final** - 5 de maio de 2018
- **Objetivo** - vacinação contra gripe
- **Local da vacinação** - rua Lourenço Pinto, 65 (Centro), em Curitiba – fone (41)3015-2015
- **Horário de atendimento** - de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h; sábados, das 8h às 13h
- **Beneficiários** - associados e dependentes (um dependente para cada associado)
- **Tipo da vacina** - trivalente, de acordo com a OMS para o Hemisfério Sul, ano de 2018, registrada na Anvisa, é constituída das seguintes cepas:
- **Constituição da vacina** - um vírus similar ao vírus influenza A/Michigan/45/2015 (H1N1)pdm09, um vírus similar ao vírus influenza A/Singapore/INFIMH-16-0019/2016 (H3N2) e um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013

## Revista da Assejur

O Departamento de Comunicação iniciou contatos com personalidades das áreas jurídica e acadêmica para definir a estrutura do segundo número da *Revista da Assejur*, cujo lançamento deverá acontecer entre os meses de setembro e outubro. Além de artigos elaborados por assessores jurídicos, a publicação vai divulgar trabalhos de convidados. A chamada para a apresentação de textos foi divulgada no final de março, e o prazo de recebimento pela Secretaria da entidade de classe se estenderá até **17 de agosto**.

**ACESSE DIARIAMENTE: [www.assejurpr.com.br](http://www.assejurpr.com.br)**